



2024

V.17

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Artigo de Revisão

AR

Review Article






Da pólis ao Mediterrâneo: alguns caminhos intelectuais para a renovação da História Antiga

From the polis to the Mediterranean: some intellectual paths to the renewal of Ancient History

Guilherme Moerbeck

guilherme.gomes.moerbeck@uerj.br

<https://orcid.org/0000-0001-6309-433X> 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.



Resumo

Este texto pretende dar conta de uma questão central: em que níveis teóricos e respondendo a quais problemas, a História do Mediterrâneo Antigo se estabeleceu como um movimento intelectual, talvez mesmo um paradigma aos pesquisadores da antiguidade? Hipóteses heurísticas, mudanças sociais do mundo contemporâneo e pesquisas empíricas remodelam os domínios da História. Trata-se de movimentos “tectônicos”, lentos, mas profundos, que consolidam novos olhares e métodos que dão nova forma aos estudos de determinadas temporalidades. Para interpretar esses movimentos estruturais que deram forma às leituras mediterrânicas, recorrer-se-á a um tipo uma reflexão que transitará entre a epistemologia da história e leituras de origem arqueológica e histórica.

Palavras-chave

Historiografia; Teoria e história da historiografia; Paradigma.

Abstract

This text aims to answer a central question: at what theoretical levels and responding to which problems, the History of the Ancient Mediterranean has established itself as an intellectual perspective, perhaps rather a paradigm to ancient researchers? Heuristic hypotheses, the social changes of the contemporary world and empirical appraisal have always been reshaping the domains of history. In fact, these are “tectonic” movements, slow even though deep, which consolidate alternative gazes and methods that reorganize the studies of certain temporalities. To interpret these structural movements that envisage Mediterranean approaches, this article will dialogue with the epistemology of history and many readings from archaeological and historical origin.

Keywords

Historiography; Theory and history of historiography; Paradigm.



Para Maria Beatriz Borba Florenzano, cujos estudos inspiraram a tantos.

Das viradas espaciais e da cultura material à História do Mediterrâneo Antigo: a confecção de um novo paradigma?

A História do Mediterrâneo Antigo, doravante HMA, é um novo paradigma historiográfico para o estudo da Antiguidade, ou tão somente uma ênfase que recai em uma abordagem regional circunscrita? Nas próximas linhas, tentar-se-á mostrar que, embora a HMA constitua uma unidade de análise que pode ser tratada em diferentes durações temporais circunscritas a uma escala geográfica, ela representa, igualmente, um movimento crítico que constitui um novo paradigma — portanto, uma nova forma histórica (Guarinello, 2003, 2013)¹, baseada em pressupostos e quadros teóricos que organizam um olhar novo sobre os tempos mais profundos daquela região. Algo que deve ser enfatizado de antemão é que a constituição dessa nova forma faz parte de transformações historiográficas maiores e mais plurais, que ultrapassam as temáticas que concernem à Antiguidade senso estrito. É por meio de uma reflexão eminentemente teórica, que se aproxima de uma história intelectual, e em torno da definição desses paradigmas, que esse texto se inclina a debater seletivamente.

Para entender esses processos mais de perto, dividimos este *paper* em alguns debates interrelacionados: (1) viradas espaciais, viradas materiais — ou como um giro espacial tomou conta da historiografia ao mesmo tempo em que a crítica pós-colonial deslocava os centros de atenção temáticos e teóricos; (2) da crítica ao primitivismo econômico à retomada de Fernand Braudel — ou a experiência da escrita da história mediterrânica e da História Global no que tange aos imperialismos, aos sistemas-mundo e à busca de novas formas de inteligibilidades por meio das conexões e redes.

A historiografia moderna da Antiguidade entre os giros espaciais e materiais

As denominadas viradas (giros) espaciais e materiais têm uma ascendência bastante plural. O que se quer dizer é que há fluxos de reflexões oriundos de muitos campos, como da Geografia, Antropologia e Arqueologia, que dão substância às reflexões teóricas e às mudanças

¹ O historiador Norberto Guarinello (2003), em um artigo seminal, mostrou que existem formas, grandes contextos, “unidades de sentido” dentro de um amplo quadro do regime de historicidade moderno, que são construídas para empregar inteligibilidade a um determinado período.



de rumos por elas ensejadas. Nos campos da Antropologia e Arqueologia, desde a década de 1980, houve respostas intelectuais às formas, ora mais estruturalistas e de leituras binárias, ora laboratoriais, sistêmico-estruturais, como as da Arqueologia processual² (Finley, 1990, 1994; Rede, 2018; Trigger, 2011). Essas respostas não são unitárias, mas levantam algumas questões que orientam nossa interpretação acerca dessa *nouvelle vague*. Se desde os inícios da década de 1970, a preocupação com os elementos da comunicação e com os signos deram forma ao que se convencionou chamar de *linguistic turn*, a década de 1980 viu surgir um movimento que restituía a importância materialidade ao mundo da teoria social³.

Num primeiro momento, a ênfase recaiu sobre “natureza discursiva da cultura material” (Rede, 2018, p. 141), ou seja, em como o material poderia ser decodificado, lido como a um texto. Noutro movimento, posterior, a preocupação era com certa tendência à “desmaterialização de seus objetos” (Rede, 2018, p. 144). Isto fez com que se refletisse sobre o fato de que os atores humanos não são o princípio, o meio e o fim dos processos de semiose (atribuição de significado), pois há uma dimensão material que não é estática, que age sobre os indivíduos. A partir dessa compreensão, muito trabalhos, desde a Antropologia urbana de Ulf Hannerz (2015) ou a cultural de Arjun Appadurai, foram fundamentais para se compreender, fosse a “vida social das coisas”, fosse os limites hermenêuticos que se pode impor à plasticidade do passado (Appadurai, 1981). No Brasil, Ulpiano Bezerra de Meneses transpôs boa parte dessas preocupações para a Museologia, bem como à memória e educação, mostrando o fôlego de tal virada, embora mostrasse a cautela que se deve ter tanto ao uso restritivo dos museus ao entretenimento vazio, quanto às dimensões da memória, o museu e as demandas de grupos sociais (Meneses, 1992, 2000)⁴. Seja em que nível for, se tornava cada vez mais difícil ignorar, não apenas a materialidade do mundo junto às teorias sociais, mas de refletir seriamente em como se pode acessar o conhecimento histórico por meio da cultura material.

Espaço e matéria constituem um binômio que, no campo das ciências humanas é mais do que uma metáfora física, e sim um verdadeiro canteiro de obras sobre o qual se pode erigir um novo pilar das interpretações históricas. Em palavras menos obsequiosas, há pouca discussão sobre a História que possa prescindir do material e do espacial concomitantemente. É improvável que se possa avançar muito fundo em pensar um objeto que dependa de dados arqueológicos,

² As reações à arqueologia processual comportam diferentes questões. Os debates de Moses Finley são, certamente, distintos daqueles que motivaram outros movimentos como o da Arqueologia pós-processual (Finley, 1990; Trigger, 2011).

³ Como será visto, materialidade aqui não circunscreve noções marxistas, mas uma preocupação com os bens culturais, em particular aqueles reunidos em museus e trabalhados, notadamente, por arqueólogos.

⁴ Em palestra mais recente, Meneses retoma e atualiza tais debates (10EPM..., 2021).



sem que se pese os contextos nos quais esse objeto foi encontrado e que portavam seus significados (Francisco, 2013, 2015)⁵.

A espacialidade do mundo e as possíveis formas de compreender a história por meio desse prisma teórico nunca mais foram as mesmas após importantes reflexões feitas por alguns Geógrafos, tais como: Henri Lefebvre (2000), David Harvey (1992, 2008) e Edward Soja (1989). Seja para pensar o papel do espaço urbano na absorção do capital, ou no reconhecimento de que “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos [...] dos padrões que coexistem na cidade” (Lefebvre, 2009, p. 22), o fato é que era preciso reconhecer que o “espaço social é um produto social” (Lefebvre, 2000, p. 35) e ir mais fundo nessa análise para entender o espaço como um “instrumento ao pensamento como a ação que é [...] um meio de produção, um meio de controle, logo, de dominação e de potência” (Lefebvre, 2000, p. 35). Era preciso, portanto, reconhecer que o espaço social é muito complexo em suas práticas, naquilo que é percebido, nas suas representações, nas formas como é concebido, isto é, naquilo que nele se representa; bem como no vivido, em suas codificações simbólicas (Lefebvre, 2000, p. 42-45). A partir das reflexões de Lefebvre, tornava-se impraticável continuar a pensar o espaço como algo fixo e imutável, ou como mero pano de fundo para atores e atrizes entrarem em cena. O espaço age sobre as pessoas e sobre suas práticas, assim, ele está vivo. Enfim, as críticas advindas de Edward Soja (1989) ao historicismo, o que na linguagem do autor era a ênfase na diacronia que punha os espaços num segundo plano da epistemologia das ciências humanas, somaram-se às reflexões de vários campos das humanidades e mostravam que os espaços podiam ser aqueles do controle, do aprisionamento, do medo, da justaposição, da metáfora, enfim, das heterotopias (Foucault, 1986, 1999; Moerbeck, 2017)⁶. De uma maneira mais objetiva, a pergunta que Amos Rapoport fez na primeira linha de uma de suas obras, remete-nos ao questionamento central que impulsiona boa parte das pesquisas nesse campo: “de que maneiras e sobre qual base as pessoas reagem aos ambientes?” (Rapoport, 1990, p. 11).

Esses movimentos lentos, mas marcantes nas placas tectônicas das teorias às quais os historiadores acedem, se fizeram sentir no fio dos anos. A Grécia Arcaica, ao se tornar um dos palcos centrais dos estudos da Antiguidade (Austin e Vidal-Naquet, 1986; Snodgrass, 1981), revelou algumas aporias dos estudos feitos até então. Uma delas é que o avanço deles dependia,

⁵ Isso não exclui, sequer, pensar o mercado de artes antigas e suas relações com os museus.

⁶ A *heterotopia* (espaço no qual se define a relação de diferença). Sobre o espaço do teatro grego, David Wiles (1997, p. 3) discorre: “Como Atlantis, o teatro deve ser visto como heterotopia, um termo que tomo emprestado de Foucault para se referir a um lugar no qual ‘os sítios reais, todos os outros sítios reais que são encontrados dentro de uma cultura, são simultaneamente representados, contestados e invertidos’ [...] A questão deve ser de como os eventos numa heterotopia dedicada a Dioniso representou, contestou e inverteu a pólis como um todo”.



decisivamente, do acesso e avaliação de dados arqueológicos. Até mesmo o ceticismo de Finley em relação ao diálogo com a Arqueologia esmaeceu em seu último livro (Finley, 1994). Do ponto de vista da fabricação do conhecimento histórico, os avanços apontavam em algumas direções. Era necessário compreender melhor a formação da pólis, reconhecidamente um tema-chave dentro da historiografia da antiguidade (Vlassopoulos, 2013), em especial as suas transformações urbanísticas e arquitetônicas, de seus percursos iconográficos (Loraux, 1994) e de valor pedagógico (Étienne, 2004, p. 81-87), sua monumentalização (Florenzano, 2011), bem como dos destinos políticos da cidade em período de tiranias (Lanza, 2020; McGlew, 1996), enfim, era preciso igualmente restituir a materialidade às interpretações da pólis (Florenzano, 2010).

Seria preciso retomar os trabalhos seminais de George Vallet (Vallet, Villard e Auberson, 1970) para fazer jus a todo esse processo, pois foi no decorrer da década de 1960 que ele chamava atenção para a concomitância entre o surgimento de santuários nas pólis continentais e nas colônias. No entanto, façamos aqui apenas um movimento em direção a dois autores que parecem centrais ao entendimento desse processo nos idos dos anos 1980-1990: Ian Morris e François de Polignac.

Segundo de Polignac, em obra publicada originalmente em 1984, em muitos sítios, desde a Grécia continental até as ilhas do Egeu e Ásia Menor durante o século VIII a.C., foram encontrados achados arqueológicos com propósitos religiosos, o que contrasta com o período que vai do século XII ao IX a.C. Da passagem do Período Geométrico ao Arcaico, admite de Polignac (1995, p. 14), "o mundo grego, agora, tinha a seu dispor mais riqueza e bens materiais". O autor infere, assim, que a mudança de um contexto religioso funerário para um "templário" acabava por indicar que havia uma "mudança do comportamento religioso" (Polignac, 1995, p. 15). Esta era uma mudança de relação ontológica e social das pessoas com o espaço, pois o sagrado e o profano estavam materialmente divididos. Além disso, como aponta F. Kolb (1992), Polignac chama atenção para o fato de que a urbanização foi um processo particularmente vinculado à criação de edificações públicas, mas que também reorganizou a malha urbana de muitas cidades (Rezende, Laky e Custódio, 2011), o que estava apenas começando no final do século VIII a.C. Os santuários, os recintos sagrados dos deuses, *tà teménē*, nos quais se erigiram templos, *tà hierá*, foram o ponto de partida desse processo. Aqueles localizados no centro ou na acrópole sempre foram considerados os mais importantes da cidade. Outro grupo era o de santuários-templos suburbanos, que ficavam fora do núcleo das cidades, mais próximos aos limites da região urbanizada e que, às vezes, acabavam sendo engolidos pelo crescimento do próprio núcleo citadino. Havia, outrossim, os santuários-templos extra-urbanos, que distavam de cinco a vinte quilômetros de distância do centro urbano. Nos casos de zonas limítrofes, tais templos poderiam representar uma forma de apontar a posse de um território (Rezende,



Laky e Custódio, 2011). Em suma, a ideia central do referido autor atenta ao fato de que “[...] pode ser mostrado que a formação da polis foi acompanhada pelo desenvolvimento de grandes santuários extramuros que, na maioria das cidades, eram, ao menos, tão numerosos e imponentes quanto os seus correlatos urbanos” (Polignac, 1995, p. 25).

As preocupações com a dimensão material, o espaço e a cidade são centrais nos trabalhos seminais de Ian Morris (1987, 1989). Em linhas gerais, Morris pesquisava em dois níveis de preocupação. O primeiro deles era de ordem política, na qual retomava as fontes literárias e o diálogo com as teses de Moses Finley sobre a política grega; no segundo deles, entrecruzava fontes literárias e materiais para saber se havia tido mudanças de atitudes mentais em relação à morte na passagem do período Geométrico ao Arcaico e Clássico. Tentava, assim, avaliar a reorganização dos cemitérios por volta da segunda metade do século VIII a.C. com mudanças mais profundas vistas no tecido social (Morris, 1987, p. 1-3). Para Morris, a nova comunidade que surge no decorrer do século VIII a.C., a tão reconhecida pólis, pode ser vista não apenas por meio da literatura, neste aspecto Morris acaba por acompanhar boa parte das argumentações de Finley baseadas na *Política* de Aristóteles (Morris, 1987, p. 3), mas avança articulando fontes literárias com o aparecimento de santuários que se traduziam como “fonte de orgulho e mesmo de uma rivalidade aberta entre as pólis” (Morris, 1987, p. 190)⁷. Em suma, as mudanças sociais também eram visíveis no tecido material da pólis, nas áreas reservadas para atividades religiosas, nos santuários delimitados e separados por muros, na circunscrição do espaço do sagrado (Morris, 1989, p. 317), na escala grandiosa e no aumento dos elementos votivos, cujo auge foi o século VII a.C.

O diálogo de Morris com de Polignac e Anthony Snodgrass é bastante presente em seu trabalho (Morris, 1987, p. 192). A tese central de Morris gira em torno da mudança da percepção da poluição⁸, o que fez com que houvesse o deslocamento dos sítios nos quais os mortos eram inumados — assim, a morte estava interconectada às ideias que se fazia sobre a vida cotidiana (Morris, 1989, p. 317). Nas próprias palavras do autor, “a reorganização dos cemitérios dos cidadãos cerca de 510 a.C. foi, quiçá, uma parte significativa na expressão espacial da pólis” (Morris, 1987, p. 210)⁹. Morris quer sugerir que a mudança está mais centrada na maneira pela qual as pessoas daquela época circunscreveram espacialmente o espaço do sagrado e que, assim, as fronteiras

⁷ Morris insiste também que o uso conceitual do espaço teria ajudado na criação do status do homem como animal político (Morris, 1987, p. 193).

⁸ *Miasma*, uma forma de contaminação de ordem física, de mancha, impureza, em geral ligada aos crimes de sangue e à morte.

⁹ Mais recentemente, para o caso da relação com a dedicação de epitáfios às mulheres, as pesquisas de Marta Mega de Andrade (2014, 2020) são relevantes.



entre homens, deuses e mortos se tornaram mais marcadas — inclusive em torno do conceito de poluição. “Os cemitérios, símbolos poderosos de descendência e cidadania nos séculos cinco e quatro, devem ter tido um importante papel na nova ordem” (Morris, 1987, p. 210). Sendo assim, a ascensão da pólis democrática, ao termo feita nas reformas de Clístenes em 509/508 a.C., já tinha suas bases mentais enraizadas nas transformações visíveis das práticas funerárias.

Morris se revela continuador de alguns modelos interpretativos de Finley, que reificam a ideia de um exclusivismo grego na criação de um tipo de estado *sui generis*, quiçá evolutivo naquele, apontando para a chegada ao estado moderno (Morris, 1987, p. 1). Morris criticou profundamente a abordagem proposta por Christiane Sourvinou-Inwood, para a qual há uma mudança de atitude em relação à morte entre os séculos VIII-VII a.C., o que teria a ver com uma relação mais individualizada da morte. Morris, ao contrário, advogava pela ideia de uma continuidade do ponto neste nível das ideias (Morris, 1989, p. 301, 313), pois o que havia mudado, de fato, fora o uso comunal que se fazia do morto (não as atitudes pessoais em relação à morte) e dos rituais comunitários (Morris, 1989, p. 297).

Outro rompimento foi com Vernant e a tese de um suposto igualitarismo, cuja obra fala em isomorfia (Moerbeck, 2018a, p. 50; Morris, 1997, p. 197) no campo dos cidadãos e da falange hoplítica. Ainda que a crítica a Vernant viesse, de outra maneira, de dentro da própria escola de Paris, ainda que haja pontos de fragilidade na crítica de Morris à Sourvinou-Inwood¹⁰ e mesmo que encontremos certos problemas de análise em de Polignac, já que sua tese respondia a algumas realidades empíricas melhor do que a outras, uma coisa é certa: há uma profunda mudança de ênfase quanto às fontes, teorias e metodologias ao se analisar as questões da História da Grécia Antiga sob o prisma de elementos materiais e espaciais. Teses como a de Fustel de Coulanges (2009)¹¹, cuja ênfase recaia no entendimento de uma cidade somente a partir de suas funcionalidades institucionais, estavam definitivamente proscritas, não era mais possível compreender a pólis e a História Antiga em um ângulo maior sem materialidade da “frialdade inorgânica da terra”¹². É preciso entender, como já frisara José Antonio Dabdab-Trabulsi, que na segunda metade do século XIX a pesquisa sobre a Antiguidade, especialmente sobre a religião, marcou um afastamento do mundo contemporâneo, espécie de refúgio na Antiguidade, devidos às consequências de 1848 e seu viés conservador, “ainda que não se esteja ainda em uma república, muitos elementos de um ‘Olimpo republicano’ começam a ser elaborados” (Dabdab-Trabulsi,

¹⁰ A despeito da consistência documental apresentada por Morris, não parece ser possível negar a teoria de Sourvinou-Inwood *in totum*.

¹¹ O original é de 1864.

¹² *Versos Íntimos*, Augusto dos Anjos (2016), o original é 1912.



1998, p. 27). Seja como for, as pesquisas que marcam esse *détour* material se aproximam de explicações mais *emic*, mais antropologicamente centradas, pois “provêm uma visão interna [...] com critérios selecionados do próprio sistema” (Turner, 1982, p. 65), o que evita que a produção da História Antiga retome de um tipo de *prefiguring* tão comum à historiografia do século XIX¹³.

Das experiências mediterrânicas à História Global: em busca de uma síntese interpretativa

A virada espaço-material trazia consigo um acúmulo qualitativo prévio de debates que remontam ao pós-1968 e a um conjunto sucessivo de críticas. O que muda, então, na virada dos anos 2000, de qual dos *bugs* historiográficos da virada do milênio se fala?

Dentre os avanços que os cientistas fazem na montagem de quebra-cabeças, para retomar a metáfora de Thomas Kuhn, chega-se a determinadas aporias, anomalias ou mais simplesmente a certo ponto em que as teorias existentes (dentro de um paradigma) não dão conta daquilo que o mundo empírico informa (Kuhn, 2013)¹⁴. Desses becos-sem-saída filosóficos surgem as críticas que fazem novos caminhos se tornarem possíveis.

Uma dessas foi a crítica ao minimalismo/primitivismo nos debates sobre a economia antiga (Morley, 2004). No final da década de 1970, já ecoavam críticas pontuais às tendências finlenyanas, fossem as de Mario Vegetti em 1977 ou de Keith Hopkins em 1978. No entanto, foi somente na década de 1980 que as críticas se acentuaram, fossem oriundas de trabalhos mais profundamente enraizados em dados arqueológicos, como os de Kevin Greene em 1986, fossem, ainda, oriundas da crítica marxista, como a sintetizada em Ciro Flamarion Cardoso (1988, 2002, 2011)¹⁵. Em linhas gerais, a ideia era a de que “o nível de atividade econômica revelado pela pesquisa arqueológica tornava o enfoque minimalista de historiadores como Finley insustentável” (Greene *apud* Cardoso, 2002; Hansen, 2006; Vlassopoulos, 2011). O aprofundamento à crítica primitivista mostrou que, em contraste com a ideia de autarquia políade, muitas comunidades do Egeu importavam cereais regularmente. Haveria, assim, uma interdependência para necessidades vitais entre as diferentes póleis, muito além de Atenas (Brock e Hodkinson, 2001) — o que envolvia a distribuição de pessoas e serviços (Vlassopoulos, 2011).

¹³ A noção de “*prefiguring*”, isto é, uma forma de reconstrução poética que opera por meio de tropos discursivos e que, por sua vez, torna o passado inteligível por meio de uma construção narrativa com efeito explicativo, nos termos White, “*emplotment*” (Roth, 2014, p. 11; White, 2014, p. 34-37). Nesse mesmo sentido, ver Morris (1994).

¹⁴ O original é de 1962.

¹⁵ Definitivamente, estou em dívida com o curso lecionado por Ciro Flamarion Cardoso, à época professor na Universidade Federal Fluminense sobre a economia antiga.



Noutro campo de críticas, as pesquisas mostraram, como já mencionado, que era preciso compreender melhor os espaços da cidade e os agentes neles incluídos. Na historiografia brasileira, os diálogos com a teoria da ação social e noções como *habitus* e campo, capital simbólico não se tornaram incomuns (Bernardo, 2018; Moerbeck, 2014, 2017), em outra variante, se mostrava importante enxergar aqueles que estavam fora do campo político, que transitavam em espaços políticos mais “livres” (Vlassopoulos, 2007), fora das constrições do campo institucional das pólis que circunscrevia a participação política ao masculino (Loraux, 1986). Trabalhos de diversos matizes começam a explorar outros grupos sociais, submetidos a diversas formas de opressão e/ou exclusão, tanto na Roma dos circunceliões ou dos bagaudas (Gebara da Silva, 2016, 2017), quanto na atuação de metecos em Atenas (Morales, 2014), ou no espaço da apresentação de si da vida cotidiana (Goffman, 2004), no qual a própria participação política poderia ser inscrita na materialidade da ritualização da morte nos cemitérios áticos (Andrade, 2002, 2014, 2020). Tratava-se, portanto, da reconstituição da espacialidade da vida, enquanto se avançava trazendo à baila reflexões sobre o espaço social, seus lugares (Augé, 1994), sua territorialização e suas atribuições de sentido intersubjetivo (Guattari, 1985).

Concomitantemente ao descrito no último parágrafo, havia a absorção seletiva da crítica pós-colonial ao eurocentrismo na historiografia que concerne à Antiguidade. Falar-se em decolonizar os clássicos se tornou recentemente uma agenda importante, em parte oriunda daquilo que se pode chamar de epistemologias do sul (Moerbeck, 2021; Santos e Meneses, 2010). Essas pontas, supostamente soltas, diziam respeito à percepção de que existe uma espécie de *Espelho de Heródoto*, isto é, uma distorção cultural hermenêutica, mais ou menos voluntária (Hartog, 2001), maior do que se imaginava. Na verdade, tornava-se preciso entender em que momento esse grego é inventado pela força do discurso e reificado como uma forma que se parecesse diferente do que a imagem do bárbaro expressa. Em seus costumes e ações, há personagens que operam nas margens. Alcibíades talvez seja o esgarçamento da noção de que entre bárbaros e gregos existem muitas vozes não muito bem compreendidas, possivelmente mais próximos da realidade do que as dicotomias que são forjadas pelo discurso ideológico (Hartog, 2014; Moerbeck, 2019a). É no momento das Guerras Médicas e em seus relatos que se cristaliza a expressão mais dicotômica da identidade étnica helena, tornada uma antinomia ao despotismo que foi pauta da tomada de consciência crítica de Edward Said (2007)¹⁶. Tanto a visão que se pode depreender de Heródoto ou de Ésquilo, cânones para a historiografia do XIX, ou ainda, dos imbróglis historiográficos e políticos em torno de modelos de Antiguidade sobre os quais denunciou Martin Bernal em sua *Atena Negra*, o fato é que a crise interpretativa da Antiguidade estava instalada (Bernal, 1987).

¹⁶ O original é de 1978.



Afinal, acerca dessas civilizações, em que medida são euro ou afrocêntricas? (Bernal, 1987; Vlassopoulos, 2011)¹⁷. Seja o que for, talvez essa não seja sequer uma boa pergunta, tratava-se de um tipo de cabo de guerra intelectual sem muitos vencedores, a não ser o fato de se ter tomado mais consciência sobre os poderes que atravessam os discursos historiográficos e de que a busca pela civilização também é a busca de afirmação sobre os outros, muitas vezes violenta (Benjamin, 2013). É desse *mélange* particularmente complexo, político e acadêmico, que em muito ultrapassa o debate supostamente puro da História Antiga, que surgiram as possibilidades que engendram a própria escrita de uma História do Mediterrâneo Antigo.

Para fazer avançar esses debates, é preciso voltar à ideia de forma proposta por Norberto Guarinello e à noção de paradigma, tão relevante à epistemologia das ciências, bem como à questão levantada por Kostas Vlassopoulos (2011, p. 221): “quais conceitos nós precisamos para construir uma história alternativa?”. Uma História do Mediterrâneo Antigo é uma escala de análise e uma ênfase temática, cuja interpretação recai numa lógica cronotópica, entretanto também se trata da configuração de um paradigma historiográfico, um ponto de partida que nos faz tecer novas questões e nos impele a buscar novas metodologias de pesquisa.

A forma historiográfica e as possibilidades de conhecimento em ciências humanas se organizam como a uma malha que depende de amarrações assimétricas e que operam em camadas de sentido hierarquizadas para as quais a recepção, como uma interlocução dentro do campo intelectual, é inescapável. Tomemos um exemplo que torne a afirmação anterior um pouco menos hermética. A ideia de assimétrico e das recepções nos ajudam a entender por que o trabalho de Nicholas Purcell e Peregrine Horden tenha se tornado central, devido às amplitudes de suas ambições e do diálogo com outro trabalho precedente igualmente seminal e marcante, o de Fernand Braudel. Em particular, estava em questão a retomada de uma malha intelectual, na qual as reflexões sobre o Mediterrâneo, os diversos ritmos temporais que lhe podem ser atribuídos indicavam que o “mundo mediterrânico era amplamente homogêneo, tanto ecológica quanto culturalmente” (Hitchner, 2009, p. 429). Em termos muito gerais, a ideia de uma unidade mediterrânica é tributária da noção de que, devido à diversidade ecológica, as regiões se conectam, interagem e se retroalimentam.

O que estava no centro das preocupações de Braudel na relação entre espaço e ambiente, ao invés das instituições, era o terceiro nível das relações econômicas, o das trocas comerciais, que se realizavam por meio do comércio à distância (Dosse, 2003). Embora a complexidade seja altíssima, a união dessas percepções ajudou a formular um tipo de análise de longa duração

¹⁷ Sem dúvida, Gilberto da Silva Francisco vem avançando bastante nesses debates, ver: (Prof. Dr. Gilberto..., 2021).



atrelada a uma relação de interdependência, em termos mais prosaicos, a relação do tempo-espaço em uma lógica de carências e necessidades recíprocas.

A mudança de paradigma se explica por meio de uma nuance gramatical tênue, embora relevante, que é se modificar a ideia de uma História no Mediterrâneo, um complemento de lugar, para uma História do Mediterrâneo, um adjunto adnominal restritivo. Não era mais apenas o lugar sobre o qual se fala, mas tomar o lugar do qual se parte intelectualmente, como uma verdadeira unidade de análise. A ideia de Purcell/Horden, que só pode ser descrita em poucas linhas com grandes perdas, é a de avaliar como o homem se relacionava com o meio ambiente, com o solo, com as formas de obtenção de sua subsistência e como lidava com seus excedentes. Assim, os autores estão interessados em capturar em sua análise as variações locais da relação do homem com seus nichos ecológicos e suas micro-ecologias (Horden e Purcell, 2000, p. 13-15). Essas eram regiões ainda mais circunscritas e que tornavam factíveis esse viés analítico mediterrânico, pois nelas poderiam ser identificadas as interações políticas, sociais e econômicas, bem como avaliadas no que tange às formas de interdependência e suas redes de comunicação (Horden e Purcell, 2000, p. 53-54). Há, portanto, uma preocupação clara com as redes de comunicação mediterrânicas, que se relacionam com a flutuação de excedentes e escassez, assim como com o clima e a topografia no centro de uma *oikouménē*¹⁸ (Horden e Purcell, 2000, p. 24-26). Nas palavras tomadas de Políbio, é quando o Mediterrâneo adquire uma “unidade orgânica” (Horden e Purcell, 2000, p. 27). Uma HMA, no sentido cunhado por Purcell/Horden, poderia contribuir para quebrar a ideia vetusta de uma Europa desconectada no norte da África — tratava-se, igualmente, de uma questão política, não para se fazer política com a história, mas para não deixar que a façam em nome de uma Europa isolada da África (Horden e Purcell, 2000, p. 32-33).

Essas ideias nos remetem a quadros macroteóricos, a escalas que interrelacionam o mundo por meio de determinados tipos de conexão, o que inclui pensar os centros e periferias dentro do sistema capitalista, como fizera a Cepal e boa parte do debate sobre as teorias da dependência, desenvolvimentos e sistemas econômicos mundiais. Se por um lado, de um ponto de vista da América Latina, tais conjecturas mostram como toda essa região era dependente da importação de modelos e reflexões teóricas que giravam em torno da Europa e América do Norte (Malerba, 2010, p. 276-277). Por outro, modelos como a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, publicado inicialmente em 1974 (Wallerstein, 2011), conduzia a debates análogos para

¹⁸ *oikouménē* — “entende-se como o espaço de onde se expande e se desenvolve a cultura grega” (Lagos-Aburto e Montañares-Piña, 2020, p. 101). Segundo Daniel Barbo (2019, p. 136), fazem parte dos “termos que registram, mediante as mudanças históricas, a tensão temporal presente da escrita de sua obra”.



as sociedades pré-capitalistas. Ainda que a transposição desse debate remodelasse o conceito de impérios-mundo para pensar como, por exemplo, era o Império Romano a partir do século II d.C., o historiador Greg Woolf aponta para certas imprecisões na utilização do modelo de Wallerstein na Antiguidade, pois, “não deve ser pensado em termos puramente econômicos e certamente não em termos mercantis, ou, *a fortiori*, de capitalismo industrial” (Woolf, 1990, p. 49). Ainda assim, insiste o autor, que há um grande consenso entre os historiadores de que o comércio no Império Romano deve ser pensado em sua relação com as necessidades e estímulos políticos.

Esses debates da História Antiga e a relação entre centro e periferia não são novos no Brasil. Na década de 1980, Guarinello, em um livro de síntese, articulou essas ideias com a noção de um mundo romano cuja economia e imperialismo seria centrípeta; enquanto a ateniense centrífuga (Guarinello, 1987)¹⁹. Mais recentemente, Guarinello e Woolf retomaram a problemática em dois trabalhos em que lógicas mediterrânicas e organizações macroespaciais aparecem misturadas a um vasto arsenal teórico, o que não exclui a obra seminal de Wallerstein. Em síntese, tanto Guarinello quanto Woolf enfatizam que vem ocorrendo um reposicionamento da História Antiga em relação à História Mundial. E como isto está sendo feito? O Mediterrâneo, em espaços muito distintos entre si, foi pensado como um “longo corredor” (Woolf, 2012, p. 5) e de verdadeiras microrregiões nas quais, dificilmente, há cidades ou reinos autossuficientes. A chave da sobrevivência é a conectividade, a rede, uma teia de relações e pontos de troca (Guarinello, 2013, p. 47-57; Hitchner, 2009, p. 432). O que poderia envolver diversos níveis de relações econômicas, de colonização, de recintos pan-helênicos, como as do caso grego e de formas de domínio político, inclusive multiculturais, que se estabelecem de diversas formas desde finais do século VI a.C. até o período Helenístico (Vlassopoulos, 2013).

Em suma, o jogo intelectual que se estabelece era o de retomar o Mediterrâneo como espaço de conexões, por meio de um tipo de mecanismo descritivo heurístico (as teorias do sistema-mundo, por exemplo), que sugere as mudanças na estrutura socioeconômica estarem diretamente relacionadas às transformações na lógica da organização espacial. Toda essa discussão, que carrega à jusante uma reflexão sobre os limites da helenização e romanização, sublinhou que processos de interação cultural deveriam pressupor mecanismos de ressignificação daquilo que é culturalmente intercambiado. Sendo assim, povos “helenizados” ou “romanizados” não aderiam pura e simplesmente à “cultura superior”, eles dialogavam, montavam estratégias e transformavam a cultura do povo conquistador (Momigliano, 1991), o que significava também relativizar a própria “dualidade entre ‘romano’ e ‘não-romano’ [pois, embora] relevante do ponto de

¹⁹ O imperialismo ateniense é debate dos mais controversos; veja a síntese de alguns debates em Moerbeck (2018b).



vista jurídico e político, não é claro se ela é igualmente importante do ponto de vista sociocultural” (Scopacasa, 2015, p. 115). Não era mais possível pensar em pólis no mundo grego, e ainda menos no mundo romano pós expansão imperial como figuras atomizadas ou que buscavam formas idealizadas de autarquia.

De toda forma, esse empenho em ver uma História a partir dessa grande unidade de análise macroespacial, o Mediterrâneo suas formas de globalização e redes, seria o “futuro de uma ilusão²⁰”?

Como sói acontecer nas ciências humanas, as respostas que são delineadas aqui são provisórias, feitas com base em pesquisas e tendências ainda em construção. Pode-se entrever, ao menos, duas críticas às formas da abordagem espacial que vêm sendo avaliadas nesta parte final do artigo. Uma delas, concerne aos problemas da tomada do Mediterrâneo como unidade de análise, o que significa, em boa medida, ter que se lidar com problemas não resolvidos pelo próprio Fernand Braudel (Harris, 2005). Outra, insere-se em um conjunto de críticas aos “arautos da globalização”, influenciados por reflexões variadas, como aquelas oriundas da Antropologia da virada do milênio (Morris, 2003). As respostas às críticas, por sua vez, vêm de ponderações acerca dessas globalizações e de uma tendência historiográfica conhecida como História Global.

Mediterraneanização, ou mediterraneanismo, para ser mais preciso com a ideia de William Harris, é a “doutrina que afirma haver características distintivas às quais as culturas mediterrânicas tiveram, ou haviam tido, em comum” (Harris, 2005, p. 1). As críticas de Harris ao movimento de retomada de Purcell/Horden em *The Corrupting Sea* vão desde dúvidas quanto à factibilidade da escrita de uma HMA até se esta não poderia se tornar uma espécie de gênero análogo ao orientalismo (Harris, 2005, p. 1-5). Uma das questões problemáticas da HMA, segundo Harris, é se o mediterraneanismo também pressupunha a interconexão de regiões como a de impérios localizados mais à hinterlândia e não somente às bordas do Mediterrâneo. Se por um lado, a *longue durée* permanece um desafio ao pesquisador contemporâneo, a solução das microecologias dadas por Purcell/Horden não convenceram Harris, pois segundo este: “o conceito ‘microrregião’ é claramente central para [*The Corrupting Sea*], mas seu significado não é definido: cada ilha grega habitada é uma microrregião, cada vale de rio?” (Harris, 2005, p. 6)²¹. Harris chama atenção, outrossim, para um problema que parece central ao historiador, a velha questão da mudança social ou das permanências, na qual tudo parece depender de um referencial. Além disso, levanta outros problemas, parafraseando-o: será que as generalizações feitas a partir de realidades gregas e

²⁰ Não há muitas relações com o livro de Sigmund Freud além da nominal e com o fato de ele estar preocupado com o futuro da religião na sociedade da época e eu, com o paradigma Mediterrânico.

²¹ Ver também a nota 62 (Harris, 2005, p. 22).



itálicas servem a outras mais orientais? Como mensurar mudanças ecológicas e econômicas? Há perigos em se generalizar a partir do presente ou essencializar categorias de análise — haveria, portanto, *um homo mediterraneus*? (Harris, 2005, p. 9-11). Em suma, o problema central de Harris aos arautos do mediterraneanismo é: em que medida os próprios antigos, nessa longa duração, se pensavam em relação à unidade (cultural) desse “Nosso Mar²²”.

Embora boa parte das questões de Harris sejam estimulantes para se avançar nas pesquisas a partir de um paradigma mediterrânico, na maioria das vezes, parece fazer crer que não se trata de um caminho viável. Há certo incômodo na leitura do texto de Harris, pois sempre parece haver uma pergunta mais importante a ser feita, mais inteligente²³, evidentemente aquelas que não foram apreciadas pelos arautos do “mediterraneanismo”. Fica parecendo que a pergunta formulada pelo crítico, acaso respondida, pudesse ser o fator mais importante que determinaria a validade ou não dessas formas de análise baseadas na integração e conectividade²⁴. De qualquer maneira, as questões de Harris são um importante sinal de cautela quanto à precisão que se quer emprestar ao termo conectividade em sua relação ao mundo empírico mediterrânico e aos limites empíricos impostos por grandes elucubrações teóricas.

Ainda a propósito das críticas, há cerca de vinte anos, Ian Morris (2003) publicava um artigo que recuperava certos debates em torno do que denominava “mediterraneanization”. Em um texto que fundamentalmente diagnostica esse “novo” impulso teórico, Morris afirmava que se tratava de uma resposta à globalização contemporânea. Trata-se de algo já debatido aqui, a passagem analítica de “células estáticas” — modelo políade finlenyano, para as interconexões e fluidez. A partir disso, a pergunta estava posta: tratava-se de uma nova tendência ou de um novo paradigma teórico-historiográfico? Há pelo menos duas críticas à mediterraneanização propostas por Morris. Numa delas, o questionamento é se esse novo mundo conectado não seria um impulso para responder mais às questões do nosso próprio tempo do que, de fato, resolver problemas da História Antiga. Além disso, segundo o autor, o mediterraneanismo faz levantar novas questões para as quais apenas a Arqueologia, entremeada aos dados de fontes literárias, poderia responder. Isso criaria, segundo a visão mais pessimista de Morris, uma complexidade metodológica demasiado profunda para o desenvolvimento das pesquisas. Outra crítica, é o fato de Purcell/Horden não se aterem às

²² Derivado de Hecateu de Mileto e depois fixado no latim. Ver também a boa pergunta levantada quanto à unidade cultural do Mediterrâneo, que mesmo em tempos romanos, pode não ter ido muito além das próprias elites locais (Harris, 2005, p. 29).

²³ Ver Harris (2005, p. 24).

²⁴ Em Harris, há um esforço em se mostrar, por exemplo, que no período das colonizações a partir do século VIII a.C., houve um aumento de trocas e conexões em direção ao ocidente que em muito ultrapassa a ideias de conexões via questões ecológicas e que se reflete em uma lógica traduzida em comércio de oliveiras e vinho.



dinâmicas do imperialismo em suas avaliações das bases das conexões mediterrânicas (Morris, 2003, *passim*). Em suma, tanto para análises mais antigas como as de Finley, com a qual Morris parece aceitar mais as premissas, quanto à da conectividade mediterrânica, o problema seria que os historiadores dão por certas algumas propriedades, que às vezes se transformam em modelos analíticos, por meio das quais o mundo antigo supostamente funcionava, mas que responderiam aos contextos atuais e não aos antigos. Em poucas palavras, haveria como não se modernizar a História Antiga? No caso de Finley, a centralidade era a Guerra Fria, no caso de Purcell/Horden, a globalização (Morris, 2003, p. 40).

Há pontos positivos e negativos na crítica à mediterraneização, tanto na de Harris, muito mais atida às minúcias do texto de Horden e Purcell, quanto na de Morris, que tentar encaixar o mesmo texto dentro de uma tendência que se delineava desde a década de 1970. A apreciação de Morris oferece, no entanto, algumas fragilidades adicionais. A primeira delas é que justifica essa suposta tendência à análise mediterrânica a partir de dados muito pouco expressivos, o que o próprio autor reconhece *en passant*. A segunda relaciona-se ao peso, possivelmente exagerado, à maneira negativa como Morris relaciona o contexto de escrita da história, o mundo em que se vive, e as realidades pretéritas. Imagine-se que Morris esteja totalmente certo. E, portanto, em cada uma de suas épocas, historiadores sejam levados pelas correntes de seu próprio tempo a darem por evidentes coisas do passado que na verdade não o são. Será que poderemos utilizar a crítica de Morris em seus próprios textos? Parece-me claro, já há muito tempo, como as reflexões de Adam Schaff (1971), por exemplo, que a reescrita da história depende desses movimentos, acentuados, pendulares; mas, isto não quer dizer que haja distorção necessariamente. Pense-se, noutro sentido, na sutil reflexão de um anacronismo controlado, como fizera Nicole Loraux (2010).

Por fim, para se tentar responder às críticas dos autores citados anteriormente e avançar em debates macroteóricos na avaliação da História Antiga, ou do Mediterrâneo Antigo mais precisamente, vamos nos ater aos debates sobre globalização e História Global na Antiguidade.

O final da década de 1990 e inícios dos anos 2000 viu uma literatura de enorme envergadura pulular no ambiente acadêmico. Efêmera, embora muito ruidosa, criava-se um debate inescapável: quais os limites dessa nova ordem mundial, chamada globalização? Havia desde os entusiastas da cultura digital cujas avaliações, quicá ingênuas, celebravam as novas e benéficas relações entre organismos internacionais, ONG e Estados nacionais e seus impactos no mundo “pós-moderno”, que supostamente proscovia cânones, mas não os substituiu por nada muito além da sua própria desconstrução, até as visões mais pessimistas, ou ao menos preocupadas com as diferentes formas da globalização e seus reflexos nos âmbitos econômico-social.



Seja como for, os textos dessa época guardam sua marca de nascença em meio a esses debates, como o de Robert Witcher (2000), que refletia acerca de um mundo de identidades fragmentadas: nacionais, regionais, étnicas e religiosas. Witcher acreditava ser possível utilizar a noção de globalização quando se tratava de compreender o passado romano. Segundo o próprio autor, “o imperialismo romano, como a globalização, pode ser considerado como uma estratégia efetuada por agentes múltiplos, romanos ou outros, conduzindo para o fortalecimento de desigualdades pré-existentes tanto sociais quanto espaciais” (Witcher, 2000, p. 216). A globalização não necessariamente conduzia à homogeneização do mundo ou à substituição da ordem social, mas as teorias da globalização punham em debate as tensões entre homogeneidade e heterogeneidade, entre o velho e o novo.

Nesse mesmo impulso, já sob uma ótica em que a espacialidade é estrutural ao trabalho, tem-se a interessante obra de Irad Malkin, *A small Greek world: networks in the Ancient Mediterranean* (2011). Existe uma aparente tendência, vista também em Malkin, em focar a crítica naquilo que parece mais estático ou celular (*cellular history*), como efeitos de uma influência de tendências nacionalistas do XIX, que tornava comum unidades de análise de relação fixa entre nação, estado e espaço (Malkin, 2011, p. 13)²⁵. Segundo Malkin (2011, p. 5), as redes definem a própria civilização:

Links, planejados e aleatórios, reduziram rapidamente a distância entre os nós da rede, transformando o vasto Mediterrâneo e o Mar Negro em um “pequeno mundo”, um termo definidor na atual teoria das redes. Essas redes informavam, às vezes criavam, e até chegavam a expressar o que chamamos de civilização grega.

Não restam dúvidas em como é interessante pensar a acuidade dessas metáforas espaciais, mas elas também levantam questões metodológicas que são muito difíceis de serem levadas a cabo em uma pesquisa histórica, dadas as dificuldades em fazer dialogar com os *insights* o labor que as fontes impõem²⁶.

²⁵ Talvez, nesse caso, tenha razão pela ênfase dada à noção de que a política relevante é aquela que acontece no Estado puro e simplesmente ou em relação ao Estado-Nação.

²⁶ Ainda assim (ainda acho que pensar a micro-história em diálogo com essa história global seja um interessante exercício). O desafio desses jogos de escalas no âmbito da História Global e as agências locais por meio de “campos de integração” vem sendo enfrentado pela Historiografia brasileira, veja o caso do estudo de Delos como cidade global no final do século II d.C. (Morales, 2022, *passim*). No mesmo sentido, para o caso romano, ver: Knust (2019).



Esse desafio vem sendo enfrentado por diversos pesquisadores. A chamada História Global não se deve confundir com uma História Global da historiografia, como a proposta por Georg Iggers, Jörn Rüsen e outros (Iggers, Wang e Mukherjee, 2016; Rüsen, 2008). O impulso que nos interessa parte de autores como S. Conrad e F. Fillafer. Este denomina processo histórico mundial (Fillafer, 2017) como um tipo de abordagem que remonta aos séculos XV-XV. Nessa abordagem, a ênfase recai “nas diferentes trajetórias da civilização, cujas dinâmicas estavam, sobretudo, representadas como geradas a partir de dentro (internamente — como processos autônomos)” (Conrad, 2017, p. 63). A pergunta fundamental feita por Fillafer é: qual elemento empresta a unidade à História? A natureza, a cultura ou o poder?

É preciso reconhecer que estamos em um campo que se constrói a cada nova publicação. Se houvesse uma maneira mais coloquial de se dizer isso, encontraríamos uma sinalização indicando: *under construction*. Assim, justificadamente, se multiplicam as perguntas. Uiran Gebara da Silva e Fábio Morales, recentemente, refletiram com significativa acuidade acerca do eurocentrismo morfológico, a invenção de certos traços civilizatórios, e do internalismo metodológico, fatores explicativos internos de uma unidade de análise, no que se refere às tendências que marcam a História Antiga (Morales e Gebara da Silva, 2020, p. 127). Há muitas razões para se refletir sobre as formas da História Antiga que se quer para o século XXI e em que medida uma HMA pode ser uma mais propícia aos debates recentes sobre a decolonização dos clássicos na pesquisa e no ensino (Blouin, 2017; Moerbeck, 2021; Souza, 2019).

Para tentar responder algumas das críticas ao mediterraneanismo, a História Global investe em diferentes unidades de análise, em comparações de macrorregiões e outras formas de conexão que, no entanto, não prescindem de problematizações ou de se pensar as dinâmicas do poder que subjazem as ditas globalizações antigas (Morales e Gebara da Silva, 2020, p. 133-140). Talvez, a grande diferença num possível jogo de escalas que a mediterraneanização impõe e que a História Global reinsere alhures é reconhecer que ao se mudar a lente de análise, de um foco de observação mais circunscrito para uma teleobjetiva, faz-se com que se mude também o paradigma do qual se está partindo, engendrando a busca de uma nova forma para a cansada História Antiga, uma HMA que ora se descortina.

Conclusão

Este artigo tentou mostrar por meio de um diálogo com alguns ramos da historiografia moderna da Antiguidade e elementos teóricos oriundo e um campo mais amplo das humanidades, como desde os giros espaciais da década de 1970 até formulações neobraudelianas da virada do



milênio nos inserem, de alguma maneira, todos os pesquisadores das antiguidades, num campo de possibilidades de renovação e mesmo de uma mudança de paradigma.

De uma história centrada nas póleis para uma história das póleis no Mediterrâneo. Isto parece metaforizar a mudança que avança para além das fronteiras de uma história da Grécia Antiga propriamente dita. Vinte e dois anos após *The Corrupting Sea*, não parece se tratar de movimento efêmero. Ao mesmo tempo, as tendências consolidadas de uma antropologia histórica do mundo antigo e de uma visão mais microscópica e filológica daquelas realidades não parecem invalidadas por esse novo paradigma. Talvez, nesse sentido, a coabitação de duas possibilidades analíticas, assim como a pluralidade de quadros teóricos, parece marcar a tendências das próximas décadas, já veremos.

Referências

- 10EPM - Conferência do professor Ulpiano Bezerra de Meneses. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (49 min). Publicado pelo canal SISEM-SP. Disponível em: <https://tinyurl.com/yfa89nty>. Acesso em: 8 maio 2024.
- ANDRADE, Marta M. de. Palavra de Mulher: sobre a “voz das mulheres” e a história grega antiga. *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 84, p. 119-140, 2020.
- ANDRADE, Marta Mega de. *Espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- ANDRADE, Marta. M. de. Política e visibilidade: o elogio das mulheres em contextos funerários atenienses (sécs. V-IV a.C.). *Mare Nostrum*, v. 5, n. 5, p. 1-17, 12 dez. 2014.
- ANJOS, Augusto dos. *Toda poesia de Augusto dos Anjos*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.
- APPADURAI, Arjun. The Past as a Scarce Resource. *Man*, v. 16, n. 2, p. 201-219, June 1981.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9. ed. Campinas: Papirus, 1994.
- AUSTIN, Michel; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Economic and social history of ancient Greece: an introduction*. London: Batsford Academic and Educational LTD, 1986. (Collection U2).
- BARBO, Daniel. The controversy surrounding Polybius’ Book XII and the Historical Times. In: SEBASTIANI, Breno B.; RODRIGUES JR., Fernando; SILVA, Bárbara da C. e (org.). *Problemas de historiografia helenística*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 121-142.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Filô, Benjamin).
- BERNAL, Martin. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization Volume I: The Linguistic Evidence*. New Brunswick: Rutgers University Press Classics, 1987.
- BERNARDO, Gabriel C. *Honra e philotima na Esparta do século IV a.C. 2018*. 2018. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- BLOUIN, Katherine. History is not a plant: Some thoughts on high school and undergraduate (ancient) history curricula. *Everyday Orientalism*, 2017. Disponível em: <https://rb.gy/u6i8f2>. Acesso em: 3 dez. 2022.
- BROCK, Roger; HODKINSON, Stephen (org.). *Alternatives to Athens: Varieties of Political Organization and Community in Ancient Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CARDOSO, Ciro F. Economia e sociedade antigas: conceitos e debates. *Clássica — Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, v. 1, n. 1, p. 5-19, 20 nov. 1988.
- CARDOSO, Ciro F. Existiu uma economia romana? *Phoenix*, v. 17, n. 1, p. 15-36, 2011.



- CARDOSO, Ciro F. *Notas de aula sobre economia antiga*. Niterói, 2002. Mimeo.
- CONRAD, Sebastian. *What Is Global History?* Reprint. New Jersey: Princeton University Press, 2017.
- DABDAB-TRABULSI, José Antonio. *Religion Grecque et politique française au XIXe siècle*: Dionysos et Marianne. Paris: L'Harmattan, 1998. p. 27-36.
- DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.
- ÉTIENNE, Roland. *Athènes, espaces urbains et histoire: des origines à la fin du IIIe siècle ap. J.-C.* Paris: Hachette supérieur, 2004. (Carré histoire, 60).
- FILLAFER, Franz L. A World connecting? From the unity of history to Global History. *History and Theory*, v. 56, n. 1, p. 3-37, mar. 2017.
- FINLEY, Moses. *A Grécia primitiva na idade do bronze e idade arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FINLEY, Moses. *História Antiga: Testemunhos e Modelos*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1994.
- FLORENZANO, Maria B. A origem da pólis: os caminhos da arqueologia. In: CORNELLI, Gabriele (org.). *Representações da Cidade Antiga*. Coimbra: CECH, 2010. p. 39-49.
- FLORENZANO, Maria B. Construindo o helenismo: o tirano e a monumentalização urbanística da pólis grega. In: ALDROVANDI, Cibele; KORMIKIARI, Maria Cristina; HIRATA, Elaine (org.). *Estudos sobre o espaço na Antiguidade*. São Paulo: Edusp, 2011. p. 41-56.
- FOUCAULT, Michel. Of Other Spaces. *Diacritics*, v. 16, n. 1, p. 22-27, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FRANCISCO, Gilberto S. O vaso grego hoje. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, p. 37-39, jun. 2013.
- FRANCISCO, Gilberto S. Vasos Gregos e Relações Internacionais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 25, p. 191-213, 20 dez. 2015.
- FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *La Cité Antique: étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- GEBARA DA SILVA, Uiran. Modelos de rebelião rural e as revoltas rurais do Império Romano Tardio. *Revista Estudos Históricos*, v. 30, n. 61, p. 311-330, 5 maio 2017.
- GEBARA DA SILVA, Uiran. *Rebeldes contra o Mediterrâneo: revoltas rurais e a escrita da história das classes subalternas na Antiguidade Tardia*. São Paulo: Humanitas, 2016.
- GOFFMAN, Erwin. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GUARINELLO, Norberto. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- GUARINELLO, Norberto. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1987.
- GUARINELLO, Norberto. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politéia — História e Sociedade*, v. 3, n. 1, 2003.
- GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaços & Debates*, v. 16, p. 109-120, 1985.
- HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade: em busca de uma Antropologia urbana*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HANSEN, Mogens. H. *Polis: An Introduction to the Ancient Greek City-State*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HARRIS, William. V. (org.). *Rethinking the Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HARTOG, François. *Le miroir d'Hérodote: essai sur la représentation de l'autre*. Paris: Gallimard, 2001. (Collection Folio Histoire, 101).
- HARTOG, François. *Memória de Ulisses — narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- HITCHNER, Robert. B. The Mediterranean and the History of Antiquity. In: ERSKINE, Andrew (org.). *A companion to ancient history*. Blackwell companions to the ancient world. Chichester: Malden: Wiley-Blackwell, 2009. p. 429-436.
- HORDEN, Peregrine.; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea: a Study of Mediterranean History*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2000.
- IGGERS, George; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Supriya. *A Global History of Modern Historiography*. 2. ed. London: Routledge, 2016.
- KNUST, José E. M. Os Plácios, a emancipação da plebe e a expansão romana: conectando as histórias interna e externa da República Romana. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 26, n. 42, p. 234-254, 16 jul. 2019.



- KOLB, Frank. *La ciudad en la Antigüedad*. Madrid: Gredos Editorial S.A., 1992.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- LAGOS-ABURTO, L.; MONTANARES-PIÑA, F. La geografía en la historiografía helenística. El concepto de oikoumene en las Historias de Políbio. *Byzantion Nea Hellás*, v. 39, p. 101-124, 2020.
- LANZA, Diego. *Il tiranno e il suo pubblico*. Pistoia: Petite Plaisance, 2020. (Il giogo, 126).
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2009.
- LORAU, Nicole. *A tragédia de Atenas*. São Paulo: Loyola, 2010.
- LORAU, Nicole. *Invenção de Atenas*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LORAU, Nicole. Repolitiser la cité. *L'Homme*, v. 26, n. 97/98, p. 239-255, 1986.
- MALERBA, Jurandir. History in Latin America (1968-2008)*. *Storiografia*, v. 14, p. 269-287, 2010.
- MALKIN, Irad. *A small Greek world: networks in the Ancient Mediterranean*. New York: Oxford University Press, 2011. (Greeks overseas).
- MCGLEW, James. F. *Tyranny and political culture in ancient Greece*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.
- MEIKSINS-WOOD, Ellen. *Peasant-citizen and slave: the foundations of Athenian democracy*. London: Verso, 2015. (Verso World History Series).
- MENESES, Ulpiano T. B. de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, p. 9-23, 31 dez. 1992.
- MENESES, Ulpiano T. B. de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. *Ciências & Letras*, n. 27, p. 91-101, jun. 2000.
- MOERBECK, G. *Guerra, política e tragédia na Atenas Clássica*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- MOERBECK, Guilherme. Alcibiades: um ateniense. In: REDE, Marcelo (org.). *Vidas antigas: ensaios biográficos da Antiguidade*. São Paulo: Intermeios, 2019a. p. 11-34.
- MOERBECK, Guilherme. Democracia e guerra na Grécia Clássica. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. C.; SCHURSTER, Karl. (org.). *Por que a Guerra? Das batalhas gregas às ciber guerras: uma história da violência entre os homens*. Rio Janeiro: Record, 2018b. p. 20-45.
- MOERBECK, Guilherme. Em defesa do ensino da História Antiga nas escolas contemporâneas: Base Nacional Curricular Comum, usos do passado e pedagogia decolonial. *Revista Brathair*, v. 1, n. 21, p. 50-91, 2021.
- MOERBECK, Guilherme. *Entre a religião e a política: Eurípides e a Guerra do Peloponeso*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- MOERBECK, Guilherme. Uma introdução à posição social do camponês na Atenas do Período Clássico: fragmentos do teatro, da filosofia e dos discursos forenses. *NEARCO — Revista Eletrônica de Antiguidade e Medieval*, v. 10, n. 2, p. 31-55, 2018a.
- MOERBECK, Guilherme; GOUVEA DE SOUSA, F. Apresentação — Teoria, escrita e ensino de História: Além ou aquém do eurocentrismo? *Revista TransVersos*, n. 16, p. 6-20, 22 ago. 2019b.
- MOERBECK, Guilherme; VELLOSO, L. Uma longa jornada da cidade antiga à contemporânea: escola, memória e cotidiano. *Revista TransVersos*, n. 11, p. 144-157, 6 dez. 2017.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- MORALES, Fábio A. Mithridates, Helianax and late Hellenistic Delos as a global city: urban insularity and integration fields. *Mare Nostrum*, v. 12, n. 2, p. 165-197, 2021.
- MORALES, Fábio. *A democracia ateniense pelo avesso*. São Paulo: EDUSP, 2014.
- MORALES, Fábio. A.; GEBARA DA SILVA, Uíran. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 83, p. 125-150, abr. 2020.
- MORLEY, Neville. *Theories, Models and Concepts in Ancient History*. London: Routledge, 2004.
- MORRIS, Ian. Archaeologies of Greece. In: MORRIS, I. *Classical Greece: Ancient Histories and Modern Archaeologies*. New York: Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 8-47.
- MORRIS, Ian. Archaeology of equalities? The Greek city-states. In: NICHOLS, D. L.; CHARLTON, T. H. (org.). *The archaeology of city-states: cross-cultural approaches*. Smithsonian series in archaeological inquiry. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1997. p. 91-105.



- MORRIS, Ian. Attitudes toward Death in Archaic Greece. *Classical Antiquity*, v. 8, n. 2, p. 296-320, 1989.
- MORRIS, Ian. *Burial and ancient society: the rise of the Greek city-state*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- MORRIS, Ian. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review*, v. 18, n. 2, p. 30-55, Dec. 2003.
- POLIGNAC, François de. *Cults, territory, and the origins of the Greek city-state*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- PROF. DR. GILBERTO da Silva Francisco - Questões Para Uma História Antiga Afro-Conectada. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (148 min). Publicado pelo canal CMAC - Cultura, Material, Antiguidade e Cotidiano. Disponível em: <https://tinyurl.com/ypc9rjrm>. Acesso em: 8 maio 2024.
- RAPOPORT, Amos. *The meaning of the built environment: a nonverbal communication approach*. Tucson: University of Arizona Press, 1990.
- REDE, Marcelo. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro. F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da História*. Rio Janeiro: Elsevier, 2018.
- REZENDE, R.; LAKY, Lilian; CUSTÓDIO, C. T. Espaços sagrados e a formação da pólis. In: KORMIKIARI, Maria. C.; ALDROVANDI, Cibele E. V.; HIRATA, Elaine. (org.). *Estudos sobre o espaço na Antiguidade*. São Paulo: Edusp, 2011. p. 195-216.
- ROTH, M. All you've got is History. In: WHITE, Hayden V. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Fortieth-anniversary edition. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014. p. 9-25.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SCHAFF, Adam. *Historia y verdad: ensayo sobre la objetividad del conocimiento histórico*. Barcelona: Editorial Grijalbo, 1971.
- SCOPACASA, R. Repensando a Romanização: a expansão romana na Itália a partir das fontes historiográficas. *Revista de História*, n. 172, p. 113-161, 30 jun. 2015.
- SETH, Sanjay. *História e Pós-Colonialismo*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2021.
- SNODGRASS, Anthony. *Archaic Greece: the age of experiment*. Berkeley: University of California Press, 1981.
- SOJA, Edward. *Postmodern Geographies: the reassertion of space in critical social theory*. New York: Verso, 1989. (Haymarket series).
- SOUZA, Matheus V. de. O ensino de História Antiga em debate: educação com pluralidade ou tradicionalismo acadêmico? *História & Ensino*, v. 25, n. 1, p. 571-588, 29 jul. 2019.
- TRIGGER, Bruce. G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2011.
- TURNER, Victor. *From Ritual to Theatre: the human seriousness of play*. New York: PAJ, 1982.
- VALLET, Georges; VILLARD, François; AUBERSON, Paul. Expériences coloniales en Occident et urbanisme grec: Les fouilles de Mégara Hyblaea. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 25, n. 4, p. 1102-1113, 1970.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio Janeiro: Difel, 1986.
- VLASSOPOULOS, Kostas. Free Spaces: identity, experience and democracy in classical Athens. *The Classical Quarterly*, v. 57, n. 1, p. 33-52, maio 2007.
- VLASSOPOULOS, Kostas. *Greeks and barbarians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- VLASSOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Reissue ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. Berkeley: University of California Press, 2011. (Studies in social discontinuity).
- WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Fortieth-anniversary edition. Baltimore Johns Hopkins University Press, 2014.
- WILES, David. *Tragedy in Athens: Performance space and theatrical meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- WITCHER, Robert. Perspectives on identities in Roman Italy. In: HERRING, Edward; LOMAS, Kathryn. (org.). *The emergence of state identities in Italy in the first millennium BC*. Accordia specialist studies on Italy. London: Accordia Research Institute, University of London, 2000. p. 213-225.
- WOOLF, Greg. *Rome: an empire's story*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- WOOLF, Greg. World-systems analysis and the Roman empire. *Journal of Roman Archaeology*, v. 3, p. 44-58, 1990.



Informações Adicionais

Biografia Acadêmica

Procientista da UERJ (2022-2025) e Jovem Cientista Faperj (2022-2025). Professor Adjunto da área Teoria, Historiografia e Ensino de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bem como do ProfHistória e PPGH, ambos na UERJ. Doutor (2013) em História Antiga pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui pós-doutorado em Ensino de História na FGV-Rio (2015); em Arqueologia Clássica no Museu de Arqueologia e Etnologia (USP, 2019) e em Educação na Université du Québec à Montréal (UQÀM, 2021). Teve passagens como colaborador em pesquisa arqueológica em Delos organizada no âmbito da École française d'Athènes (EfA); Visiting research fellow no Departamento de Estudos Clássicos da Brown University, assim como pesquisador associado nas Faculdades de Educação da Université de Montréal UdeM e da UQÀM.

Endereço para correspondência

Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, Departamento de História, Rua São Francisco Xavier, 524, João Lyra Filho, 9º andar Bloco B, sala 9029 A, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20550-013.

Financiamento

Este trabalho de pesquisa recebe generosos financiamentos do programa Jovem Cientista do Nosso Estado (Faperj) e do Prociência (UERJ).

Agradecimento

Agradeço a todos os membros do LABECA — Laboratório sobre o Estudo da Cidade Antiga do MAE/USP, no qual todo esse projeto foi iniciado.

Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Modalidade de avaliação

Duplo-cega por pares.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.

Editores responsáveis

Flávia Varella – Editora-chefe

Rebeca Gontijo – Editora-chefe

Francine legelski - Editora executiva



Direitos autorais

Copyright © 2024 Guilherme Moerbeck

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Histórico de avaliação

Data de submissão: 09 de dezembro de 2022

Data de alteração: 19 de junho de 2023

Data de aprovação: 07 de agosto de 2023

